

data 08 / 04 / 88

cod 10000602

**PROPOSTAS DO SEMINARIO**

(Versão Preliminar )

**O DESENVOLVIMENTO DA  
AMAZÔNIA E A QUESTÃO  
AMBIENTAL**

**RIO BRANCO - AC**

**MARÇO/1988**

## SUMARIO

APRESENTAÇÃO.....	1
I ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	2
II ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	9
II.1 Limites do Modelo Atual.....	9
II.2 Linhas Gerais para uma política de desenvolvimento.....	17
II.3 Diretrizes <sup>BÁSICAS</sup> <del>Gerais</del> .....	19
III PROPOSTAS ESPECÍFICAS.....	20
IV MOÇES.....	35
V RESULTADOS.....	37

## APRESENTAÇÃO

Esse documento pretende refletir, em versão preliminar, os resultados produzidos no Seminário O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E A QUESTÃO AMBIENTAL, que se realizou durante o período de 3 a 7 de fevereiro/88 na cidade de Rio Branco - Acre.

Sob promoção do Governo do Estado do Acre e cooperação técnica do Instituto de Estudos Amazônicos, o Seminário teve como objetivo central "discutir alternativas para o desenvolvimento regional compatíveis com o ecossistema e as necessidades das populações locais".

Para tanto, buscou reunir especialistas das várias áreas do conhecimento, a nível local e internacional, técnicos governamentais e não-governamentais; lideranças do movimento social dos seringueiros, dos indígenas e colonos e representantes da sociedade civil em geral.

Os resultados aqui apresentados procuram expressar a rica troca de experiências e informações ocorrida durante o evento, com a manifestação livre e democrática dos diversos segmentos sociais envolvidos, na perspectiva de gerar alternativas para um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.

## I ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Obs: na sequência sugere-se que sejam especificados os seguintes pontos:

- 1) órgãos envolvidos (coordenação, apoio e financiamento)
- 2) local
- 3) participantes (nº de inscrições e instituições vinculadas)
- 4) metodologia

### 5) Programa:

O programa do Seminário foi concebido buscando primeiro: referenciar os participantes sobre as questões envolvidas na temática geral, através de conferências, exposições, painéis e mesas-redondas; segundo, criar espaços para a formação de grupos de trabalho para a discussão de temas específicos, nos quais propostas concretas para subsidiar políticas de desenvolvimento regional deveriam ser produzidas.

O conteúdo do programa encontra-se especificado a seguir, assim como os especialistas convidados para expor e debater o conjunto dos temas previstos:

## II ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### II.1 Limites do Modelo Atual

Os custos econômicos, sociais e ambientais da política de desenvolvimento implantada na Amazônia nas últimas décadas se revelam inumeráveis.

Fundado predominantemente na atividade agropecuária e em projetos de colonização, o modelo de desenvolvimento adotado na região vem provocando profundos abalos no modo de ordenação social e natural do espaço.

As consequências daí emergentes - desmatamento, deslocamento populacional, alta taxa de pauperização urbana e descaracterização étnica e cultural - resultam de um modelo que tem dupla face: de um lado, a implantação de atividades econômicas inteiramente novas na região, caracterizadas por baixas taxas de ocupação e de produtividade, gerando profundas alterações ambientais; de outro ocorre destruição das atividades existentes, agrícolas e extrativistas, nas quais a população regional está tradicionalmente envolvida.

As altas taxas de desmatamento evidenciada nos últimos anos na Amazônia, especialmente na parte ocidental, ilustram de modo significativo os efeitos do modelo de desenvolvimento vigente. (ver as fotos de satélite a seguir, cujas imagens foram produzidas por Goddard Space Flight Center, com foco nos Estados do Acre e de Rondônia). Para o Estado do Acre tais imagens mostram em 1985 uma área desmatada de 5.400 quilômetros quadrados, (540 mil hectares), ou seja, 3,5% do território. Comparando com as informações do IBDF, de 1983, que aponta 462.600 dematados, temos um acréscimo de 16,73% em dois anos. Para Rondônia, as fotos de satélite revelam que em 1982,

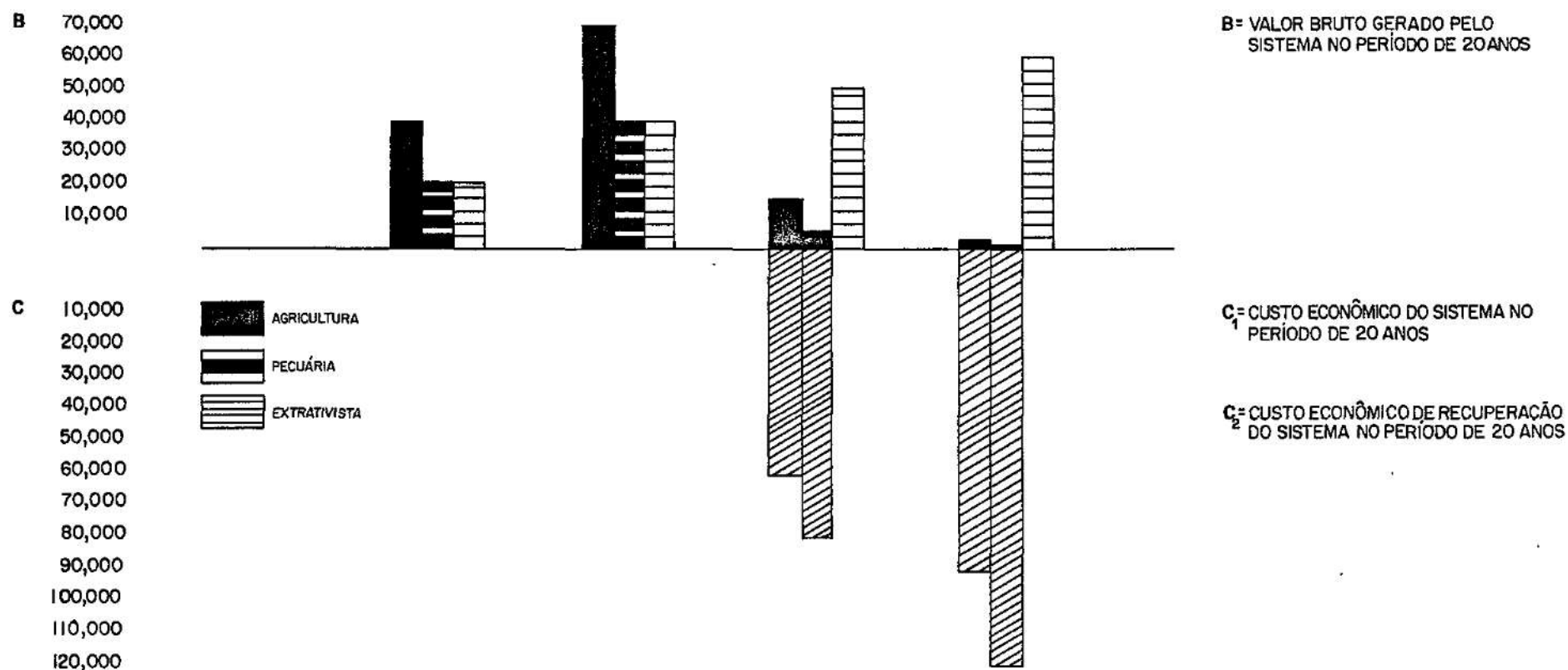


4% do território encontra-se deflorestado, o que representa 10.000 km<sup>2</sup> correspondente a 1.000.000 ha; e em 1985, o percentual do território devastado é de 11% o que representa 27.000 km<sup>2</sup>, ou seja, 2.000.000 ha.

De outra parte, dados apresentados por Susanna Hecht<sup>\*</sup> assinalam que 87% da área desmatada no Acre origina-se da expansão da atividade pecuária, sendo que na Amazônia em geral, a pecuária ocupa mais de 90% das terras desmatadas. Por razões econômicas e de degradação do solo, a maior parte da pecuária extensiva apresenta-se insustentável no tempo, com um ciclo de vida abaixo de 10 anos. Além disso, os custos de recuperação das áreas degradadas pela pecuária e agricultura apresentam-se bastante elevados. Somando-se os custos para recuperação dessas áreas, com o valor da produção extrativista perdida com a implantação de pastagens, chega-se a quase US\$ 800 milhões. Estudos comparativos efetuados por Hecht demonstram ainda que, enquanto as atividades agrícola e pecuária produzem um saldo negativo em termos dos custos econômicos, sociais e ambientais, o extrativismo traz inegáveis benefícios para o desenvolvimento regional que merecem ser considerados. O gráfico a seguir expressa a relação custo/benefício dos sistemas agrícola, pecuária e extrativista, no período de 20 anos, sem contar os custos ambientais e sociais.

<sup>\*</sup>HECHT, Susanna. Exposição feita na Conferência de abertura do Seminário sobre o tema "Desenvolvimento e conservação do meio ambiente, uma alternativa viável para Amazônia?". Rio Branco, 3.02.88.

# TÍTULO-RELAÇÃO CUSTO/BENEFÍCIO DOS SISTEMAS AGRÍCOLA, PECUÁRIO E EXTRATIVISTA PARA PERÍODO DE 20 ANOS



(US)  
B-C AGRICULTURA - 51,810    PECUÁRIA - 103,730    EXTRATIVISTA + 50,800

FONTE: HECH, Suzanna

EXPOSIÇÃO

Data: 4/02/88 - Rio Branco

(1) MODELO DE RECUPERAÇÃO UTILIZADO (EMBRAPA)

(2) NÃO SÃO COMPUTADOS OS CUSTOS ECOLÓGICOS E SOCIAIS

Orientada pela miopia do governo federal, a política de desenvolvimento aplicada desconhece simplesmente as características da estrutura social da região e as peculiaridades do ecossistema. Os recursos financeiros aqui aplicados serviram apenas para execução de ações isoladas e aleatórias. E mais, privilegiou medidas que, na maioria das vezes, redundaram não em desastres ao menos na destruição e desperdício dos recursos naturais renováveis.

Um dos exemplos mais contundentes da perversidade desse modelo é a concentração da posse da terra, cujos níveis colocam o Acre à frente dos demais estados da Federação. O quadro a seguir evidencia essa situação.

ESTRATOS (ha)	IMÓVEIS		ÁREA	
	Abs.	%	Abs.	%
01 - 100	18.656	82	912.841	07
101 - 1.000	2.974	13	1.377.627	11
1.001 - 10.000	885	04	2.540.963	20
10.000	201	01	7.792.171	62
TOTAL	22.716	100	12.623.602	100

FONTE: MIRAD/1985

Esses dados demonstram claramente que, enquanto a maioria dos imóveis, formados pela pequena propriedade ocupam apenas 7% da área cadastrada, o latifúndio, representando 1% do número de imóveis, ocupa 62% das terras do Estado.

Mais grave ainda: essa concentração fundiária por ter caráter preponderantemente especulativo, não se traduz em investimentos produtivos capazes de melhorar a situação sócio-econômica dos trabalhadores da região. Ao contrário, florestas



predatoriamente derrubadas expulsam seringueiros, gerando conflitos e inchamento urbano.

Por outro lado, impõem-se considerar que a política oficial de colonização em nada alterou a estrutura fundiária descrita no quadro anterior. A colonização agrícola vem gerando alta taxa de desistência, cujos índices atingem mais de 80% na Amazônia Ocidental Brasileira, conforme observações de Hecht. O fracasso do modelo agrícola se reflete na intensificação dos fluxos migratórios para as áreas urbanas e de fronteira. A exemplo disso, dados de Schwartzman indicam que mais da metade dos imigrantes dos bairros periféricos de Rio Branco desistiram da agricultura e de assentamentos rurais.

Acrescente-se ao quadro, o fato de a população indígena não ter seus direitos reconhecidos. (sugere-se apresentar maiores dados).

O modelo de desenvolvimento em questão nega em sua essência, e conseqüências, tanto as peculiaridades ecológicas da Amazônia como os sujeitos sociais que historicamente vem produzindo a riqueza social da região em interação com a natureza. Afora a importância que possuem na formação econômica, social e cultural desse território, é possível verificar a posição significativa que ocupam na economia atual. Dados do antropólogo Mauro Almeida mostram que em "em 1980 os seringueiros constituíam metade da força-de-trabalho rural acreana, gerando 33% do valor da produção não-urbana e utilizando 50% das terras do Estado." Utilizando dados do Censo Agropecuário "é possível estimar entre 13.000 e 18.000 o número de colocações

\*ALMEIDA, Mauro. Exposição apresentada no Painei: "Utilização dos Recursos naturais na Floresta Amazônica", sobre o tema específico "utilização dos recursos naturais no estrativismo" (4.02.88).

de seringueiros, dando emprego a 38.000 mil pessoas e sustentando 100.000 moradores da floresta.\*\*

Os resultados da pesquisa de Schwartzman revelam que 26% da renda familiar das populações periféricas de Rio Branco é composta por transferência de dinheiro ou de produto da zona rural para cidade. Isso comprova que parte da economia urbana local depende da produção agroflorestal. De igual modo, isso significa que quando a produção agro-extrativa começa a decair, os impactos são sentidos não somente no meio rural como também na economia urbana.

Diante desse quadro, torna-se imperioso e urgente repensar os rumos do processo de desenvolvimento para Amazônia, em particular para o Acre, assim como seus próprios fundamentos.

É preciso considerar que a floresta constitui a principal fonte de riqueza dessa região e, portanto, qualquer política de desenvolvimento deve advir da exploração adequada de suas potencialidades, levando-se primordialmente em conta as necessidades específicas dos diversos segmentos sociais que subsistem da exploração dos recursos florestais: índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, colonos e população urbana.

Conscientes dessa responsabilidade histórica, os participantes do seminário O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E A QUESTÃO AMBIENTAL extraíram das discussões as seguintes diretrizes e proposições, como subsídios para formulação de uma nova política de desenvolvimento para o Acre compatível com as características do ecossistema regional e as necessidades das populações locais.

\*\*Idem, ibidem.

## 11.2 Linhas Gerais para uma política de desenvolvimento

Considerando que o Acre tem vocação agro-flúvio-florestal, e ainda, que é da exploração de suas potencialidades que devem advir a promoção social da força de trabalho regional e uma economia de auto-suficiência, toda a política de desenvolvimento do Estado deve estar fundamentada na sua vocação maior.

Nesse sentido, um plano com vistas ao processo de expansão sócio-econômico do Estado, deve contemplar o potencial de seus recursos naturais, hídricos, minerais e florestais -, o que significa planejar adequadamente o uso social desses recursos, compatibilizando-o com a preservação do equilíbrio ecológico. É nessa perspectiva que deve ser implantada "uma política de industrialização do setor agroflorestal", tão necessária para o desenvolvimento regional.

Esse plano deve se voltar ainda, e de forma prioritária para o "redirecionamento do modelo de ocupação agrícola". O alto índice de concentração da posse da terra e a situação jurídica dessas posses são motivos suficientes para a tomada de tal medida. A regularização fundiária do Acre deve levar em conta os principais segmentos que compõem esse território: índios, seringueiros e colonos.

Por outro lado, as peculiaridades ecológicas e econômicas apontadas estão a exigir um efetivo estímulo "à pesquisa básica aplicada" capaz de responder através de uma "política de ciência e tecnologia" regional, aos desafios sociais e econômicos do Estado. "Tal política deve estar voltada para a



produção agro-extrativa, energia e medicina adequadas a diversidade das condições econômicas e ecológicas do Acre".

Essas proposições alertam no sentido de que as ações básicas do governo devem estar orientadas para uma exploração racional, não predatória, dos recursos naturais, tendo em vista, fundamentalmente, o desenvolvimento sócio-econômico efetivo da região.

Para tanto impõem-se a consideração dos seguintes aspectos:

- a) a questão ambiental deve ter uma concepção ampla, abrangendo o complexo de inter-relação entre a população e o meio ambiente e incluindo as dimensões de condições de vida, saúde e cultura.
- b) para que quaisquer políticas ambientais alcancem seus objetivos, é imprescindível que os cidadãos exerçam maior controle sobre os órgãos encarregados de sua implementação (através de mecanismos tais como divulgação e auditorias públicas) e que seja eliminada a corrupção.
- c) A proteção do meio ambiente, como patrimônio público, é dever do Estado e deve ser incorporada nas atribuições e responsabilidades de todos os órgãos governamentais de administração direta e indireta, em nível federal, estadual e municipal. Isto implica, integral cumprimento da legislação ambiental existente, a criação de novas leis e normas, o planejamento e a ação coordenada dos diversos órgãos oficiais e a ampla divulgação das leis e regulamentos.

Por último, mas não menos importante, é imprescindível resgatar, desenvolver e divulgar os valores culturais dos po-



vos da floresta, o que os levaria à verdadeira condição de cidadãos e os tornaria mais aptos a uma existência mais digna.

### II.3 DIRETRIZES BÁSICAS

Com base nas linhas gerais anteriormente estabelecidas, apresenta-se a seguir as diretrizes básicas que deverão nortear a formulação de uma política de desenvolvimento regional:

- a) realizar, em caráter de urgência, o macrozoneamento do Estado para identificar áreas apropriadas para as diferentes atividades econômicas, evitando a retirada da floresta e os danos irreversíveis, econômicos, sociais e ambientais daí decorrentes em áreas inapropriadas para agricultura ou pastagem ou evidente vocação extrativista.
- b) Considerar a implantação das Reservas Extrativistas (RE) como questão central para o desenvolvimento estadual e como unidades demonstrativas de um modelo que concilia bem-estar econômico e social com preservação dos recursos naturais.
- c) realizar estudos e pesquisas para implantação de indústrias florestais, tendo como fonte de matéria-prima, áreas florestais selecionadas e manejadas (\* reelaborar)
- d) \*(elaborar diretriz específica para o setor agrícola)

Observação: recomenda-se que algumas propostas centrais apresentadas no item a seguir sejam transformadas em diretrizes básicas para os setores agrícola, extrativo e industrial, de acordo com as sugestões anteriormente feitas.

### III PROPOSTAS ESPECÍFICAS

Para a conformação deste documento, as propostas aqui apresentadas, resultaram de um trabalho inicial de compatibilização interna, tomando-se por base as diretrizes gerais do Seminário, aprovadas em Plenária Final. Um trabalho posterior, deverá eliminar as possíveis incongruências e imprecisões que ainda se manifestam.

Visando uma maior intelegibilidade de seu conteúdo, procurou-se, desde já, eliminar as proposições recorrentes surgidas no interior dos grupos de trabalhos, a partir dos sub-temas específicos.

Os ajustes efetuados em relação à forma, à parte do conteúdo e ordem seqüencial, visaram apenas possibilitar maior visibilidade das propostas, com base nos próprios dados e argumentos centrais produzidos durante os debates, sem ferir sua natureza básica.

Recomenda-se, entretanto, que um trabalho de revisão minuciosa seja feito, a partir do documento apresentado em Plenária Final e das fitas gravadas (as cópias seguem em anexo).

#### GRUPO I : "ALTERNATIVAS E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O grupo de trabalho "Alternativas e Utilização dos Recursos Naturais", produziu as seguintes propostas, com base na discussão dos temas: "Reservas Extrativistas", "Exploração Sustentável da Floresta Acreana", "Ocupação e Uso do Solo", "Programa de Desenvolvimento Integrado - PDRI - Linhas de Ação."

1. Considerar a implantação das Reservas Extrativista RE como questão central para o desenvolvimento estadual e como unidades demonstrativas de um modelo que concilia bem-estar econômico e social com preservação dos recursos naturais.

2. Priorizar áreas de conflito para a implantação das RE, com especial atenção para os municípios de Rio Branco, Xapuri, Brasília, Plácido de Castro e Assis Brasil. Considerar áreas de seringais que foram desapropriadas para fins de Reforma Agrária como aptas para Reservas Extrativistas. Estudar outras áreas, já destinadas para colonização que ainda mantenham parcela da floresta com atividades extrativistas, para serem consolidadas como RE.

3. atribuir à FUNTAC o papel de coordenar a implantação das RE no Estado e criar uma Comissão Executiva formada por SEPLAN, MIRAD, CNS, Representação das Comunidades das Reservas, Instituto de Estudos Amazônicos para a implantação das primeiras unidades. Essa comissão orientará e estabelecerá os níveis de competência dos envolvidos para assegurar o desenvolvimento das RE.

4. Adotar os procedimentos previstos na Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987 do ex-INCRA, que cria o Projeto de Assentamento Extrativista, como norma para implantação das Reservas Extrativistas no Estado.

5. Possibilitar a criação das RE como unidades de conservação a nível do Estado (como Florestas Estaduais para fins extrativistas), mantendo os mesmos princípios do Projeto de Assentamento Extrativista).



6. Realizar com a máxima urgência um macrozoneamento do Estado para identificar áreas apropriadas para as diferentes atividades econômicas evitando a retirada da floresta e os danos irreversíveis, econômicos, sociais e ambientais daí decorrentes em áreas inapropriadas para agricultura ou pastagem ou evidente vocação extativista.

7. Assegurar mecanismos e dar suporte para a efetivação das RE implementando: crédito, extensão florestal, pesquisas e programas de saúde, educação, comercialização e abastecimento. Propor a criação de subsídios a nível federal, estadual e municipal para a manutenção das RE.

8. Considerar as RE implantadas apenas quando estiverem em desenvolvimento programas voltados à produção, comercialização, educação, saúde, tecnologia, com consequente aumento do nível de renda das comunidades de seringueiros. A implantação desses programas pode ser assegurada por recursos a fundo perdido de organismos internacionais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. O governo deve dar prioridade absoluta à elaboração de uma proposta para receber esses recursos, já disponíveis, e aplicá-los nas primeiras RE criadas, em programas de educação, saúde, produção, comercialização, etc.

9. Dar apoio necessário ao CNS para percorrer áreas no Estado propondo e divulgando a criação de RE.

10. Criar e implantar Florestas Estaduais, considerando a utilização múltipla dos recursos florestais, através de plano de manejo, para atividades econômicas.



11. Iniciar programas de produção de mudas de essências florestais, nativas, de interesse econômico (frutos, madeira de valor comercial, resinas, etc), objetivando apoiar a extensão florestal.

12. Realizar estudos e pesquisas para implantação de indústrias florestais, tendo como fonte de matéria-prima, áreas florestais selecionadas e manejadas.

13. Desenvolver e modernizar indústrias ligadas ao aproveitamento dos produtos florestais de forma que o Acre passe de exportador de matéria-prima para exportador de produtos manufaturados, além da melhoria da oferta de emprego.

14. Implantar um sistema conjunto Governo do Estado/Governo Federal Delegacia Regional do IBDF, para fiscalização das atividades de exploração e industrialização de produtos florestais.

15. Definir um órgão do Governo Estadual para responder e gerenciar áreas de conservação e preservação florestal.

16. Coibir a exploração de madeiras nobres, e que tenham um processo de exploração seletiva, até que se defina e concretize uma maneira sustentável de trabalhar a floresta.

17. Garantir o monitoramento periódico da cobertura florestal do Estado.

18. Implantar junto aos órgãos competentes, ações para recuperação das áreas degradadas (enriquecimento de capoeira, áreas agriculturáveis e pastagens)

19. Rearticulação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia para coordenar as atividades de instituições sediadas no Estado, otimizando recursos e mão-de-obra.

20. Criar um Fundo Estadual de Auxílio à Pesquisa. Esse fundo deverá financiar pequenos e médios projetos de interesse regional, bem como fornece bolsas de pesquisas e incentivar pesquisadores de todas instituições, governamentais e não-governamentais.

21. Implantar a "Agricultura Alternativa" baseada na utilização de sistemas Agroflorestal.

22. Analisar o sistema agroecológico local, utilizado pelos seringueiros colonos, índios e ribeirinhos, visando à formulação de política agrícola

23. Detalhar e implementar o Zoneamento Agroflorestal no Estado .

24. Redefinir a metodologia de extensão rural

25. Melhorar a articulação entre as pesquisas agropecuárias e a extensão rural, através da execução de projetos e programas da EMBRAPA e EMATER

26. Melhorar e reorientar a utilização dos recursos humanos na área técnica e de extensão, possibilitando o aparecimento do "Agrônomo Descalço" (produtor que monitorará na área a extensão rural).

27. Cobrar e fazer cumprir as exigências da Portaria 449-P do IBDF

28. Facilitar o acompanhamento representativo dos agricultores nas ações do Estado.

29. Reorientar o PDRI para monitorar as ações de saúde educação, extensão e produção rural, etc., deixando para as estruturas governamentais ( Estadual e Federal) a parte executiva dessas ações.

30. Criar uma "direção" estadual, via grupo de trabalho, ou comissão, para elaborar a política comunitária do governo, estabelecendo níveis de competência dos poderes públicos.

## GRUPO II: QUESTÃO FUNDIÁRIA

Neste grupo, as propostas estão direcionadas a atender três segmentos sociais: seringueiros, colonos e índios, no que concerne à sua situação específica na estrutura fundiária regional. E são:

1. Promover a imediata revisão da situação jurídica da posse da terra no Acre, reconhecendo os direitos dos seringueiros, índios e colonos, através da:

a) criação de reservas extrativistas, em caráter prioritário e enquanto instrumento principal da reforma agrária do Acre, em todas as áreas com aptidão extrativista e habitadas por seringueiros.

b) revisão do processo de assentamento de colonos via projetos oficiais de colonização;

c) demarcação e regularização fundiária das áreas indígenas no Estado.

2. Executar as ações de reforma agrária sob o poder estadual e com a participação das entidades representativas dos segmentos sociais envolvidos.

3. Acelerar o processo de expedição de títulos de terras aos agricultores assentados e reassentar os ocupantes não-índios das áreas indígenas.

4. Selecionar previamente as áreas destinadas ao assentamento de imigrantes - segundo o levantamento de recursos naturais e baseados no inventário florestal -, orientando-os, através de um sistema de informação, quanto às áreas disponíveis

5. Estabelecer as reservas extrativistas nas áreas indicadas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (constantes no dossiê ...), no documento da Assembléia Indígena, na área do Rio Tejo, em Cruzeiro do Sul, no Seringais Alagoas (Rio Tarauacá) e Conceição (Rio Muru), no município de Tarauacá.

6. Financiar a produção com juros acessíveis ao pequeno produtor e incentivar a implantação de cultivos perenes e de sistemas agroflorestais para a pequena propriedade

7. Melhorar as condições de acesso aos projetos de colonização, via abertura e manutenção de estradas



8. Ab-rogar os Decretos 94.945 e 94.946/87, de 23 de setembro de 1987, que alteram o processo de demarcação das terras indígenas e criam as Colônias Indígenas

9. Considerar o documento elaborado pelas lideranças indígenas, na VI Assembléia Indígena do Acre e Sul do Amazonas, na área indígena de Gregório, quando o Governo estabelecer qualquer ação para as comunidades indígenas.

10. Recomendar ao BID para considerar a demarcação de Colônias Indígenas como uma quebra do contrato do PMACI, passível de suspensão dos recursos.

11. Repassar a prestação de assistência de saúde e educação aos índios para os órgãos do Governo Estadual, como forma de assegurar a manutenção dos indígenas em suas terras

12. Impedir a intervenção policial nos possíveis conflitos de terra.

### GRUPO III: POLÍTICA AMBIENTAL

O grupo de trabalho POLÍTICA AMBIENTAL foi responsável pela elaboração das propostas relativas aos temas: Política e Legislação Florestal; Problemas Ambientais no Acre: BR-354: Experiência de Rondônia e Patrimônio Histórico, Natural e Cultural .

1. Estabelecer uma política de meio-ambiente, a nível regional (estadual) que respeite as especificidades ecológicas e de ocupação dos espaços regionais
2. Planejar adequadamente o uso social dos recursos naturais, compatibilizando-o com a preservação do equilíbrio ecológico
3. Assegurar a preservação adequada dos ecossistemas naturais visando proteger o patrimônio genético e as espécies ameaçadas em extinção, bacias hidrográficas e as belezas cênicas, mediante a criação de Unidades de Proteção Ambiental (unidades de conservação).
4. Criminalizar os atos lesivos ao patrimônio ambiental e particularmente aos que afetem a flora.
5. Editar uma lei de Política Estadual do meio ambiente que fixe os princípios, os objetivos, instrumentos e a interação dos órgãos públicos na defesa do ambiente, assegurando a participação da sociedade.
6. Promover a recuperação das áreas degradadas particularmente as florestas e demais formas de vegetação consideradas úteis ao equilíbrio do ambiente.
7. Estabelecer o zoneamento ambiental do Estado, respeitadas as condições econômicas, ecológicas e sociais dos recursos ambientais, mediante amplo planejamento do uso do solo e a diversificação das atividades produtivas com as peculiaridades do Estado.

8. Reestudar o Plano Diretor de Rio Branco e efetivar a sua implantação, como elaborar Planos Diretores para os vários municípios do Estado, tendo o Meio Ambiente como ponto de partida.

9. Criar áreas de Conservação e Preservação Ambiental ou áreas de relevante interesse ecológico nos vários municípios do Estado.

10. Estimular o extrativismo e a produção florestal, através de manejo sustentado, adensamento e reflorestamento, promovendo ampla divulgação das técnicas apropriadas entre seringueiros, índios e trabalhadores rurais.

11. Exigir o cumprimento efetivo da legislação florestal, pelo IBDF, coibindo-se os desmatamentos e queimadas.

12. Formar grupos de trabalho emergenciais para definir estratégias e ações contra a realização de grandes queimadas durante o ano de 1988.

13. Utilizar alternativas energéticas que não impliquem inundação ou devastação de áreas de florestas, tais como o gás do juruá, mini-usinas, energia solar, biodigestores e óleos vegetais.

14. Reformular a Lei de reflorestamento imposto às indústrias madeireiras, no sentido de sua obrigatoriedade, de no mínimo fazê-lo com dez espécies diferentes por hectare, eliminando-se o reflorestamento homogêneo na Amazônia.

15. Proibir o comércio externo de toras e madeiras beneficia-



das, permitindo apenas a comercialização de "artefatos de madeira" de espécie que não estejam em extinção.

16. Regulamentar a venda do mercúrio utilizado na exploração dos recursos da Amazônia.

17. Proibir a abertura de novas estradas em áreas de florestas, paralisar as obras da Transaccreana e realizar a divulgação pública e a incorporação efetiva das recomendações de RIMAS sobre outros projetos rodoviários.

18. Estimular a pesquisa básica e aplicada para que a ciência e tecnologia utilizadas para produção agropecuária e extrativa, energia e medicina sejam adequadas à diversidade de condições ecológicas e econômicas do Acre.

19. Estimular a consciência ecológica através da Educação Ambiental no sistema escolar, em todos os níveis de disciplinas, e através de campanhas de Comunicação Social, tendo como base a cultura regional.

20. Promover a formação de instituições e organizações governamentais e não-governamentais de defesa do meio ambiente e da cultura acreana, a nível estadual, municipal e comunitária.

21. Formar agentes ambientais, indicados por representantes da sociedade civil organizada, para estabelecer um elo entre os órgãos estaduais de meio ambiente e a comunidade, com vistas a uma fiscalização mais eficaz.

22. Criar o Conselho Estadual de Patrimônio Histórico, Cultu-



ral Natural e do Meio Ambiente com representantes de órgãos governamentais e não-governamentais.

23. Criar Reservas Ecológicas em todas as Bacias Hidrográficas do Estado do Acre.

24. Criar o Parque Nacional da Serra do Moa.

25. Inventariar com urgência os recursos naturais do Estado, visando à definição de Unidades de Conservação a serem criadas, levando em consideração além dos aspectos ecológicos os aspectos culturais.

26. Democratizar a participação da sociedade na questão ambiental, através de uma UNIVERSIDADE LIVRE e internacional em que os povos da floresta sejam os principais beneficiários.

27. Considerar os produtos florestais, tais como a castanha, como um patrimônio dos povos da floresta.

28. Considerar os seringais como um patrimônio cultural e natural.

29. Arborizar as ruas, praças e o entorno dos edifícios públicos com espécies arbóreas ornamentais e frutíferas da flora amazônica.

30. Estabelecer a "Semana da Amazônia" para tratar dos assuntos relativos ao desenvolvimento e à proteção ambiental da região.

31. Garantir a participação dos representantes do Conselho Na-

cional dos Seringueiros e da União das Nações Indígenas no CO-NAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

32. Proceder a demarcação das terras indígenas, sua defesa efetiva e apoio à proposta da UNI para a nova constituição.

33. Realizar a imediata implantação legal das Reservas Extrativistas, conforme a proposta do Conselho Nacional de Seringueiros.

34. Promover ampla divulgação oficial da real situação na floresta amazônica, para sensibilizar a opinião pública e os representantes políticos do país.

#### GRUPO ESPECIAL: PMACI

Em decorrência dos pontos polêmicos levantados durante a mesa-redonda sobre o tema "PMACI - Programa de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas - Efeito sobre o Desenvolvimento Regional", foi formado um grupo especial de trabalho que apresenta as recomendações seguintes.

O PMACI, como está concebido e assentado em seu Plano de Ação Definitivo, não é compatível com as diretrizes de Desenvolvimento Regional adotados pelo Governo do Estado do Acre. As ações de proteção ao meio-ambiente e às comunidades indígenas ali previstas são insuficientes para contar os possíveis efeitos da pavimentação da BR 364: como seria objetivo do PMACI, e não levam em conta as especificidades sociais e econômicas resultantes da ocupação humana existente na região. além disso, o Estado não tem nenhum controle sobre as ações que deverão desenvolver-se em seu próprio território.

. Caso persista a atual situação, este forum recomenda ao Governo do Estado não considerar o PMACI como parte integrante de seu projeto de desenvolvimento, nem contar com as ações nele previstas para efeitos de proteção ambiental e auxílio às comunidades indígenas. Recomenda ainda que o Governo do Estado procure desenvolver suas próprias ações e negociar recursos para projetos específicos nestes setores.

. Entendemos que o Governo do Estado poderá concordar em participar das ações do PMACI e considerá-lo parte integrante de seu programa de Trabalho. Para que isso ocorra, são necessárias algumas condições:

- a) que seja revisto o atual Plano de Ação definitivo de forma a torná-lo compatível com as diretrizes definidas pelo Governo para a Região;
- b) que haja um grupo de trabalho local, coordenado pelo Governo do Estado e reconhecido oficialmente pelo Governo Federal;
- c) que as ações a serem desenvolvidas na região do Estado sejam coordenadas pelo governo do Estado através de um Grupo de Trabalho local reconhecido oficialmente pelo Governo Federal e executadas em conjunto com os grupos sociais envolvidos na questão;
- d) que as ações dos órgãos federais, bem como os recursos para a sua execução, sejam repassados diretamente às representações dos órgãos federais no Estado ou órgãos Estaduais similares.



. Recomendamos também que o Governo do Estado apresente ao BID e ao IPEA sua proposta de modificação no Plano Definitivo, condicionando sua participação efetiva a aprovação de sua proposta alternativa.

#### IV MOÇÕES

Os participantes do Seminário decidem com base nas discussões, apresentar as seguintes moções:

. A ação da FUNAI de "transformar as áreas indígenas em Colônias" se traduz numa "violação dos direitos" dos povos, numa agressão repudiada pelos brasileiros, num genocídio à comunidade indígena.

. A "Demarcação de Colônias Indígenas" deve ser considerada pelo Banco Interamericano como uma "quebra do contrato do PMACI" por parte da FUNAI e do Governo Brasileiro, devendo resultar em "imediata suspensão do financiamento".

. as "Reservas Extrativistas" são fundamentais para a sobrevivência dos povos da floresta amazônica. Faz-se, por isso, necessária a criação de um "comitê de apoio", cuja função primeira seja a de divulgar, a nível nacional e internacional, os problemas que levam "à luta pela defesa da floresta e da vida". Esse "comitê" deverá promover ainda "Denúncia de Projetos", como o "Calha Norte", por exemplo, "que trazem prejuízos à comunidade indígena".

. A "ação nociva e depredadora de pessoas ou grupos" deve ser imediatamente contida. Nesse sentido, é necessário criar um "Tribunal Popular", com competência legal, "de verificação, estudo e julgamento desse tipo de ação".

. A coordenação e execução de "políticas para a área florestal do Estado" deve estar a cargo de um "Instituto de Floresta", a

ser criado.

. A "Corrupção Generalizada" que compromete a credibilidade do poder público no Brasil deve ser "julgada pela sociedade civil" através de processos amplamente divulgados e levados a termo na forma de "prisão em caráter inafiansável dos autores comprovadamente criminosos".

. A "proibição pelo DENTEL" da veiculação na Rádio Difusora Acreana de um programa gravado na língua dos índios da região é repudiada pelo caráter sinistro de "aviltamento da identidade cultural indígena".

. O "processo licitatório para a construção da ferrovia Norte-Sul e a autorização para o início das obras" pelo presidente da república "sem a devida aprovação do congresso nacional" são repudiadas por configurarem um "quadro de ilegalidade e corrupção".

. O capítulo relativo ao meio-ambiente previsto pela comissão de sistematização da Assembléia Nacional Constituinte merece especial atenção e apoio.



## V RESULTADOS

(Sugere-se que os resultados do Seminário sejam apresentados considerando os seguintes pontos):

- a) número de participantes;
- b) representatividade dos participantes;
- c) órgãos e entidades envolvidas (desde o planejamento até a efetivação do evento);
- d) nível dos debates, com participação viva e democrática dos diversos setores sociais que se tiveram presentes;
- e) programação cultural paralela desenvolvida;
- f) ampla cobertura jornalística;
- g) significado social para a população local;
- h) incorporação de parte das propostas pelo Governo do Estado.

Um bom trabalho para todos

Curitiba, março/1988

  
Lucia Helena de Oliveira Cunha